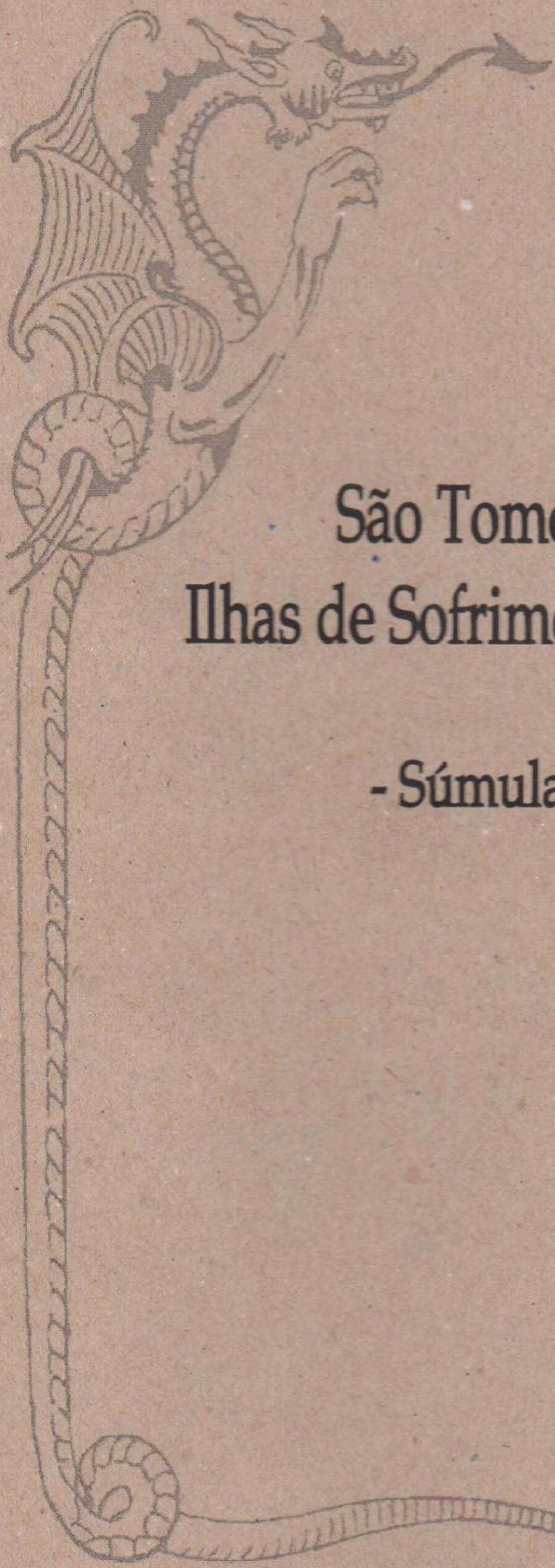




Luís M. Alves de Fraga

São Tomé e Príncipe:
Ilhas de Sofrimento e de Fortuna

- Súmula Histórica -

• apenas

Luís M. Alves de Fraga

São Tomé e Príncipe:
Ilhas de Sofrimento e de Fortuna

- Súmula Histórica -

 apenas

Luís M. Alves de Fraga é coronel, em situação de reserva. Especialista em Administração Aeronáutica, é licenciado em Ciências Político-Sociais e mestre em Estratégia pela Universidade Técnica de Lisboa; professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, foi professor efectivo titular do IAEFA e professor efectivo e director do ensino na AFA; membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e da Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea.

© Apenas Livros Lda.

e

Luís M. Alves de Fraga

Al. Linhas de Torres, 97, 3º dto.

1750-140 Lisboa

Tel/fax 21 758 22 85

apenaslivros@oninetspeed.pt

Depósito legal nº 237975/06

ISBN: 989-618-044-X

1ª edição: 200 exemplares

Janeiro de 2006

Publicação nº 154

Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção OFIUSA, 5

Dirigida por: Gabriela Morais

www.apenas-livros.com

Introdução

Ainda hoje não estão clarificadas as razões que levaram D. João I de Portugal a apoiar e, até, incentivar a actividade dos descobrimentos marítimos no começo do século XV. Para uns, foi o desejo de expandir a religião católica em áreas onde nunca se tinha ouvido falar de Cristo; para outros, foi o grande interesse em ampliar o território para compensar a pequena dimensão peninsular ao lado da grandeza de Castela, sempre ameaçadora; por fim, há os que centram a actividade marítima portuguesa no desejo de, fazendo comércio, enriquecer o Reino. Em nossa opinião, quando analisadas em separado, todas as justificações são verdadeiras, mas, paradoxalmente, todas contêm uma parcela de mentira se olhadas em conjunto. Vejamos.

Se a princípio terá imperado o desejo missionário de conversão dos povos infiéis e gentios da costa africana, rapidamente se terá percebido a importância estratégica — diríamos em linguagem de agora — de possuir terras fora da Península Ibérica para ser capaz de fazer afirmação de grandeza junto dos monarcas castelhanos. No entanto, mal começaram a chegar a Lagos — porto da costa do Algarve de onde partiram os primeiros navios dos descobrimentos —, os produtos raros e exóticos do golfo da Guiné, a ambição de riqueza ter-se-á sobreposto a todas as motivações anteriores. Daí em diante, a missionação impôs-se como mero instrumento para servir à melhor forma de comerciar. É justo que se enalteça a acção civilizadora dos Portugueses dos séculos XV e XVI, procurando dilatar a fé em um Deus que desejavam único, mas é importante não negar a ânsia de ver aumentados os rendimentos financeiros, tanto da coroa como de simples cidadãos privados.

Quanto mais as centúrias foram passando, mais a ambição de fortuna se foi impondo aos Portugueses. Ambição que, em abono da verdade, se tornou comum aos Europeus e os fez guerrear entre si para conseguirem melhores proventos ultramarinos.

Navegando para sul, os Portugueses contactaram com povos diversos; pacíficos, uns, aguerridos, outros, abertos ao contacto, alguns, fechados à presença de estranhos, uns poucos. Com uma flexibilidade comportamental deveras admirável — consequência de os Portugueses serem, afinal, o resultado de uma imensa mistura de grupos étnicos e culturais —, os navegadores adaptaram os seus comportamentos à maneira de proceder dos povos com quem contactaram. Isso tornou-os diferentes dos restantes europeus. Não foram nem melhores nem piores, foram, simplesmente, diferentes. Mas, na navegação costeira ao longo do continente africano, os navios lusitanos descobriram ilhas atlânticas, quase todas desabitadas. Logo de início se percebeu a importância desses arquipélagos: neles as embarcações na viagem de ida ao na de volta poderiam abastecer-se de tudo o que lhes fazia falta, desde a água fresca e potável até aos frutos, passando pelos animais comestíveis. Por outro lado, se nelas se fixassem colonos, dessas terras poderiam vir ao Reino produtos que nele escasseavam ou que seriam vendidos, por bons preços, nos mercados europeus, nomeadamente na Flandres.

Nestas andanças marítimas foram descobertas, por alturas do equador, as luxuriantes ilhas de São Tomé e de Santo António. Aqui começa a nossa História.

O descobrimento

No golfo da Guiné situam-se, entre os paralelos 3° 45' N. e 1° 30' S. quatro ilhas: São Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó. Inicialmente, à segunda foi dado o nome de Santo Antão (ou António), e à última, o de Formosa.

Aquando do seu descobrimento consideraram-se as quatro como um só conjunto, designando-o por arquipélago da Guiné. Todas eram desabitadas, com exclusão da Formosa, a qual, mais tarde, adquiriu o nome do seu descobridor — Fernando do Pó, que, por corrupção e facilidade linguística, degenerou em Fernando Pó —,

acontecendo algo de semelhante com a de Santo António que, por determinação régia, se passou a chamar ilha do Príncipe, em homenagem ao filho e sucessor de D. Afonso V. Pelo tratado de 11 de Março de 1778, Portugal cedeu à Espanha as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom, tendo guardado para si as de São Tomé e do Príncipe.

Não há certeza absoluta dos anos em que estas duas foram descobertas, nem de qual a ordem por que foram descobertas. Nem mesmo se sabe com rigor quem foi o descobridor das ilhas. De concreto sabem-se os dias em que foram avistadas, porque correspondem aos dos santos patronos. Assim, São Tomé foi descoberta a 21 de Dezembro, e a ilha do Príncipe, a 17 de Janeiro. Os descobridores terão sido João de Santarém e Pêro ou Pedro de Escobar. Parece, hoje, consensual — embora Damião Peres considere que o descobrimento tenha sido feito, efectivamente, em data posterior — que a ilha de São Tomé, a primeira a ser avistada, foi no ano de 1471 e a do Príncipe, dias depois, no ano de 1472.

A chegada dos navegadores portugueses ao, então, designado arquipélago da Guiné deu-se já fora do *ciclo henriquino* dos descobrimentos, em pleno reinado de D. Afonso V, visto que o infante D. Henrique, «O Navegador», grande impulsor das viagens atlânticas, havia morrido a 13 de Novembro de 1460. Como é sabido, o monarca português optou por uma política de conquista no Norte de África, relegando a actividade dos descobrimentos para segundo plano, tendo-a arrendado ao mercador Fernão Gomes, com a imposição de este mandar proceder a novos avanços para sul, por sua conta e risco. Foi, por conseguinte, ao serviço daquele rico comerciante que os antes referidos navegadores chegaram às ilhas de que estamos tratando.

Séculos XV e XVI — o povoamento e a economia

As amenas temperaturas de Portugal, os hábitos de vestuário, as tradições comportamentais, os fracos conhecimentos de medicina na centúria de Quatrocentos dificultavam a fixação dos Portugueses em regiões onde o clima poucas ou nenhuma

ças tinha com o da Península Ibérica. Era preciso que a ambição comercial fosse muito forte para superar obstáculos não imaginados. Foi o caso do povoamento de São Tomé.

Decorreram cerca de quinze anos entre o descobrimento e as primeiras iniciativas de mandar colonos para a ilha. Tudo começou em 24 de Setembro de 1485, quando D. João II deu carta de privilégio ao seu escudeiro, João de Paiva, que se comprometeu a povoar São Tomé. Em 16 de Dezembro desse mesmo ano, o monarca mandou passar o primeiro foral para a ilha. Mas não estava ainda consolidada a situação, porque, a 11 de Janeiro de 1486, o rei português alterou as disposições de Setembro do ano anterior e concedeu a João de Paiva somente a capitania de metade do território de São Tomé, pertencendo à coroa o restante. Logo em 14 de Março seguinte, D. João II concedeu a capitania da metade que para si reservara a D. Mécia de Paiva e a quem com ela casasse.

Este projecto falhou por se não ter conseguido a fixação de colonos na ilha. A distância ao Reino era muito grande e as lendas que à volta dela se teceram foram suficientes para cortar os ânimos dos mais aventureiros e audazes. Cinco anos passaram e foi a 3 de Fevereiro de 1490 que o rei deu, de novo, a capitania de São Tomé a um fidalgo de nome João Pereira. Logo de seguida, ordenou D. João II que fossem nomeados funcionários régios para garantirem a devida assessoria ao donatário. Curioso será notar que o monarca, nesse mesmo ano, mandou uma embaixada ao reino do Congo, comandada por Gonçalo de Sousa, para estabelecer relacionamento com o rei daquelas paragens do continente africano. Isto traduz o pertinaz empenhamento de D. João II em consolidar a presença dos Portugueses em África, sem desprezar as ilhas que lhe estavam adjacentes. Apesar de tudo ter sido cautelosamente preparado, não foi, também, desta feita que conseguiram mobilizar-se colonos para povoarem São Tomé.

No ano de 1496 novo foral é concedido à ilha e nova capitania foi entregue, agora, a Álvaro de Caminha. Nas disposições reais impunha-se que ele e os seus descendentes varões deveriam lá ficar a viver para sempre, dando-lhe, também, largos poderes e

autorizando-o a fazer comércio nas ilhas e na costa africana até ao rio Real, limitando-se o comércio no litoral do Manicongo.

Com Álvaro Caminha foram embarcados degredados por razões diversas e umas centenas de jovens filhos de judeus cujos pais, oriundos de Espanha, não tinham satisfeito o pagamento pecuniário para se poderem fixar em Portugal. Este degredo forçado, visando o afastamento dos filhos dos progenitores, tinha como finalidade garantir aos jovens uma conversão ao catolicismo sem influências da sua religião tradicional. Não se sabe ao certo quantos destes primeiros colonos terão resistido ao clima e às doenças equatoriais. Sabe-se é que Álvaro Caminha a todos deu escravas negras trazidas da costa do continente africano para que se pudessem reproduzir, gerando uma população mestiça. Era o começo da *miscigenação* sem complexos, a qual nem sempre teve continuidade.

Em 1499, segundo fontes fidedignas, morreu Álvaro Caminha sem deixar filhos varões. Para suprir esta falta, pouco antes de se finar, fez testamento no qual transmitia todos os seus poderes a um primo de nome Pedro Álvares de Caminha. O rei não concordou e mandou que a capitania fosse doada a Fernão de Melo, a quem concedeu latos poderes, que chegavam ao direito de mandar matar e mutilar aqueles que a Justiça assim julgasse. Era já, então, rei de Portugal, D. Manuel I. Este sabia que só dotando os donatários das capitanias com amplos poderes e regalias conseguia fazê-los angariar colonos para o povoamento de paragens consideradas, na época, inóspitas.

A comunidade criada nestes primeiros anos cresceu e prosperou de tal forma que, em 1534, São Tomé justificava ser sede de bispado, cuja jurisdição ia da costa africana da Guiné ao cabo da Boa Esperança. Mas só por carta régia de 22 de Abril de 1535 o povoado de São Tomé foi elevado à categoria de cidade. Sabemos que nos meados do século XVI, segundo um tal Alonso de S. Cruz, autor da obra intitulada *Islario General*, a Cidade de São Tomé deveria ter cerca de 4500 habitantes. Curioso é que a ilha do Príncipe só teve foral semelhante ao de São Tomé no ano de 1500, começando o seu povoamento na mesma altura por intermédio de António Carneiro. Ficou a ilha na posse desta família até 1640.

Como o primeiro donatário havia sido secretário de D. Manuel I, durante muito tempo este território foi conhecido pela designação de *Ilha do Secretário*. O tipo de riqueza nela explorada era em tudo semelhante à de São Tomé. Na obra, já referida, *Islario General*, diz-se que a população deveria andar por cerca de 300 pessoas.

Um dado que nos ajuda a perceber a primeira política de povoamento da ilha é a carta régia de D. Manuel I, datada de Janeiro de 1515, pela qual se determinava que todas as escravas que se tivessem ligado aos primeiros colonos ficavam livres para sempre, bem como toda a sua descendência. Em 1517, este benefício foi estendido aos escravos do sexo masculino, desde que fossem pertença dos primeiros colonos europeus. Foi em consequência destas disposições que nos chegaram testemunhos de navegadores que, no século XVI, referiam a existência de negros com avultados bens de fortuna em São Tomé. De um deles sabe-se inclusive o nome: João Menino, possuidor de amplos bens materiais. No ano de 1539, o rei D. Manuel I determinou que «os mulattos honrados e casados na ilha de São Tomé pudessem servir nos ofícios do conselho». Esta afirmação permite-nos concluir que, ainda antes de terem decorrido cem anos sobre o descobrimento de São Tomé, já existia uma população autóctone miscigenada com regalias, direitos e obrigações. Além do mais, sabe-se que, nessa época, havia na ilha muitos comerciantes franceses, castelhanos e genoveses, o que nos oferece uma imagem de grande abertura e tolerância étnica.

A primeira fonte de rendimento económico do arquipélago de São Tomé foi a produção de açúcar. Neste particular aspecto não são concordantes as opiniões dos historiadores. Realmente, há aqueles que defendem que a cana sacarina tenha sido trazida das ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, e outros, que garantem o conhecimento daquela espécie vegetal por parte das populações do continente africano, admitindo, até, a hipótese de a cana ser espontânea na ilha. Não é importante, na perspectiva presente, averiguar qual das teses prevalece sobre a outra; importante é perceber o desenvolvimento que teve esta exploração no arquipélago.

Sabe-se que, em 1529, foram dadas instruções escritas ao feitor João Lobato, para que se construíssem doze engenhos de açúcar novos, existindo já, nesse tempo, outros em funcionamento. A produção rondaria as 5000 arrobas anuais. Contudo, admite-se que por esta altura a exploração da cana sacarina não fosse ainda uma iniciativa de particulares, mas sim uma imposição da coroa portuguesa, como resultado da raridade do produto na Europa e, por conseguinte, dos altos proventos que dela eram conseguidos.

Associada à plantação, corte e restante manipulação da cana sacarina, estava e esteve, durante vários séculos, o problema da mão-de-obra necessária a esta exploração agrícola. Todos os trabalhos nela envolvidos eram duros e penosos. O reduzido número de colonos europeus não os habilitava a empenharem-se naqueles trabalhos, nem sequer tinham resistência física para enfrentar as condições climatéricas tropicais e equatoriais. Foi deste modo que logo surgiu a *necessidade* de utilizar mão-de-obra escrava.

Será conveniente esclarecer que a prática do escravagismo é quase tão velha como a existência do Homem. Desde sempre os vencedores reduziram à condição de escravos os vencidos nas pelejas mais antigas e, até, bíblicas. O continente africano não escapou a este flagelo, pois muito antes de os Portugueses terem descoberto o litoral subsariano, já nas lutas étnicas a escravização era comum. A novidade introduzida pelos Portugueses neste contexto foi a *deslocação* dos escravos para regiões muito distantes da sua origem, ampliando a dimensões nunca antes praticadas este tipo de comércio. Ora, o historiador Jaime Cortesão apresentou uma tese que não nos repugna aceitar, pelo que ela tem de lógico e racional. Afirma ele que as inúmeras feitorias e fortalezas construídas na costa do golfo da Guiné e mesmo na de Angola, no século XV se devem aos arquipélagos que lhes são fronteiras no Atlântico, porque se estabeleceram correntes comerciais entre estes e o litoral africano. Tudo terá começado pelo comércio de escravos necessários às plantações de cana sacarina. E a fundamentar esta sua conclusão, recorda que em São Tomé chegaram a existir, durante a centúria de Quatrocentos, estaleiros navais para construção de embarcações destinadas a esse comércio, facto que

dá à ilha uma importância muito maior do que às feitorias do continente. Mais tarde, na segunda metade do século XVI, quando o cultivo da cana-de-açúcar se fixa, em grande escala, no Brasil, as ilhas de São Tomé e do Príncipe reforçam o seu valor estratégico, porque passam a ser um verdadeiro entreposto de comércio de escravos. Ali se concentravam os contingentes trazidos da costa africana para seguirem, depois, ou para o Brasil ou para as colónias espanholas na América. Aliás, C. R. Boxer, historiador da expansão marítima portuguesa, opina que o exemplo da produção de açúcar por recurso à mão-de-obra escrava no Brasil foi colhido nos bons resultados que tal método tinha tido em São Tomé. Mas não era só de escravos que, na ilha, se fazia comércio com o continente africano. Com efeito, os mais variados produtos vendiam-se e compravam-se no reino de Angola com prejuízo do reino do Congo, cuja capital era São Salvador. Formou-se como que um circuito comercial fechado, de tal modo que a Portugal não chegava lucro de espécie nenhuma. Esta circunstância levou a que o rei do Congo, em 1548, reclamasse junto do monarca português. D. João III proibiu o comércio com Angola, determinando que se fizesse com o Congo. Foi, agora, a vez de o monarca angolano reclamar, facto que esteve na origem da embaixada, enviada pelo rei de Portugal ao rei de Angola, chefiada por Paulo Dias de Novais, com a obrigação de negociar com os habitantes de São Tomé uma situação de equilíbrio mercantil.

Desse comércio não temos indicações precisas, contudo, como já foi dito, há conhecimento de que na primeira metade do século XVI a prosperidade era grande na ilha. Exemplo disso é o valor da exploração sacarina sempre em crescimento, sabendo-se que, em 1554, existiam em São Tomé 60 engenhos de açúcar, subindo a produção a cerca de 150 000 arrobas anuais, vendidas em Florença, Veneza e na Flandres.

A partir de 1567, São Tomé começou a viver um mau período, que lhe afectou toda a vida económica. Tudo teve início num assalto à ilha levado a efeito por corsários franceses que pilharam e destruíram sem a menor contemplação; depois, ainda nesse ano, ocorreu a chamada revolta dos *angolares*, assim chamados por serem descendentes de escravos angolanos sobreviventes de um

navio que naufragou na costa de São Tomé e que se haviam refugiado nos matos. Eles, de combinação com os escravos, invadiram as fazendas, destruíram tudo o que puderam e incendiaram os engenhos do açúcar. Estas duas ocorrências desequilibraram, quase instantaneamente, toda a economia da ilha, a qual, para se refazer, demorou vários anos. Em 1585, um incêndio de enormes proporções destruiu quase por completo a Cidade de São Tomé. Uma década depois, um escravo, chamado Amador, liderou uma revolta de negros, chegando a proclamar-se rei da ilha, tal foi a insubordinação e a incapacidade de lhe opor a devida resistência. Só no ano seguinte (1596) foi capturado e condenado à morte.

Para acabar o século, marcando bem o processo de decadência económica e social de São Tomé, em 1600, uma esquadra naval holandesa, comandada pelo almirante Van der Hagen, saqueou a cidade e, em seguida, quase todas as feitorias e fortalezas existentes no litoral do continente, que dependiam do comércio com a ilha.

É conveniente recordar que a toda esta situação de decrescente importância de São Tomé não deve ser alheio o facto de Portugal ter perdido a independência em 1580, por ter passado a constituir uma monarquia com um rei espanhol como soberano.

Chegámos ao virar do século XVI. Convirá debruçarmo-nos sobre os dois seguintes.

Séculos XVII e XVIII — da decadência ao ressurgimento económico

No final do século XVII e começo do XVIII, às duas grandes potências marítimas dos séculos XV e XVI — Portugal e Espanha — sucederam-se outras duas: a Inglaterra e a Holanda. Esta última, com uma especial apetência para o comércio a longa distância e já quase sem *espaço* geográfico para se expandir (a Inglaterra e a França tinham-se lançado sobre a costa oriental da América do Norte), optou por tentar rapinar os territórios das anteriores potências, agora em fase de lenta decadência. Foi deste modo que os Holandeses ao instalarem-se em parte do território brasileiro perceberam de imediato a importância estratégica e económica do

golfo da Guiné para sustentação das suas explorações agrícolas. Assim, em 24 de Julho de 1637, partindo do Brasil, cerca de 1200 holandeses, em nove navios, assaltaram a fortaleza de São Jorge da Mina, tomando-a com grande facilidade, seguindo-se-lhe quase todas as feitorias e fortins do litoral africano, passando depois aos arquipélagos adjacentes. São Tomé aguentou-se alguns anos mais, oferecendo resistência às investidas marítimas dos novos senhores do golfo da Guiné.

Nessa época, já a ilha tinha entrado em plena decadência. Os fazendeiros, os comerciantes e os artífices, que os *angolares*, provavelmente integrando, também, grupos de escravos fugidos, constantemente assaltavam, preferiram embarcar para o Brasil e lá buscar modo de vida mais tranquilo e mais rendoso. O açúcar havia deixado de se cultivar e fabricar em São Tomé.

Em face dos sucessivos ataques dos Holandeses, o governador interino da ilha, Lourenço Pires de Távora, escreveu para Lisboa, pedindo reforços navais e militares para enfrentar a esquadra adversária. Filipe III (IV de Espanha), por intermédio dos seus representantes na capital portuguesa, mandou que se enviasse uma nau devidamente armada e equipada. Era fraquíssimo o apoio que um só navio podia dar, evidenciando a pouca capacidade defensiva de Portugal na primeira metade do século XVII.

No dia 1 de Dezembro de 1640 estalou em Lisboa uma revolta contra o domínio espanhol, tendo como objectivo conseguir, de novo, a separação da coroa de Portugal da de Espanha. Ia iniciar-se um conflito que durou 28 anos e obrigou a diplomacia lusa a grandes manobras, de modo a encontrar apoios junto das potências adversárias de Espanha — as quais, até àquela data, eram, também, adversárias de Portugal, dada a situação de união. O entendimento mais difícil de conseguir foi com a Holanda, visto que a este Estado interessava ficar na posse do património colonial português, e a negociação de uma paz iria pôr fim aos desejos acalentados e àqueles que já estavam até realizados. O Governo holandês usou de todos os subterfúgios para, parecendo aceitar um entendimento na Europa com o novo rei de Portugal, manter no ultramar a situação de conflito que tão favorável lhe era. Foi assim que, em

1641, Luanda e outros portos da costa de Angola foram tomados pelos Holandeses, bem como as ilhas de São Tomé e do Príncipe. Lisboa reagiu de imediato e no ano de 1642 mandou uma expedição, capitaneada por Lourenço Pires de Távora, que, como já antes vimos, havia sido governador de São Tomé e, conhecendo o território, conhecia-lhe o litoral, assim como os portos e enseadas mais convenientes ao desembarque. Não foi totalmente bem sucedida esta acção de reconquista e, no ano seguinte, coube a vez a D. Filipe de Moura comandar nova expedição para efectivar a recuperação das ilhas. Mais uma vez se provou a complementaridade estratégica do litoral africano em relação a São Tomé e Príncipe, porque só quando, em 1648, Salvador Correia de Sá reconquistou Luanda e os portos de Angola, o arquipélago conseguiu viver completamente em paz.

A recuperação económica iniciou-se na segunda metade do século XVII e na primeira do seguinte, mas foi paulatina e pouco evidente. Pesaram muito na lentidão do processo os sucessivos desentendimentos entre a autoridade régia e os representantes da Igreja, com particular destaque para as ordens religiosas, em especial os frades capuchinhos italianos os quais tinham fundado um convento em São Tomé, em 1684. Mas a demorada recuperação também foi fruto do pequeno empenhamento de Lisboa na busca de soluções para a economia do arquipélago.

Durante esta quase centena de anos — segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII — nem tudo foi negativo. Realmente, partiu de um governador de São Tomé — Bernardino Freire de Andrade, que exerceu o cargo de 1677 a 1680 — a ideia de mandar construir uma fortaleza na costa do Daomé, depois de ter obtido o consentimento do rei D. Pedro II. Coube ao seu sucessor — Jacinto de Figueiredo Abreu — conclui-la, baptizando-a com o nome de São João Baptista de Ajudá. Ainda existe, provando a influência do pequeno arquipélago de São Tomé na costa do continente africano. Todos os materiais utilizados na construção, assim como os artífices que puseram de pé a fortificação, foram transportados de Portugal na nau *Madre de Deus* e na fragata *Santa Cruz*. Depois de pronta, a nova edificação militar portuguesa,

além de receber uma guarnição capaz de sustentar combate contra assaltos inesperados, acolheu, também, os frades capuchinhos, que espalharam a sua influência missionária aos reinos de Benim, Gabão, Oere e Daomé.

Quase no fim do século XVII, em 1690, foi criada a *Companhia de Cacheu e Cabo Verde*, destinada ao fornecimento de escravos para os mercados das chamadas Índias Espanholas e do Brasil. A sede principal desta companhia estabeleceu-se na ilha do Príncipe. Era o renascimento da economia do arquipélago, uma vez mais, à volta da escravatura. Para melhor se entender este fenómeno cíclico, temos de nos reportar ao papel dos missionários, em especial os padres da Companhia de Jesus, que, no Brasil, defendiam os Índios, evitando que fossem reduzidos à condição de escravos com base em duas ordens de razões: por um lado, porque não tinham nenhuns hábitos de trabalho, por serem nómadas e, por outro, por não possuírem constituição física capaz de suportar a actividade ligada à produção de açúcar. Na falta de mão-de-obra local ia-se buscá-la ao continente africano. O arquipélago de São Tomé de novo serviu de entreposto onde os escravos aguardavam a chegada dos navios de Portugal, do Brasil ou de outras partes do continente americano. Esta actividade fez florescer todo o comércio nas duas ilhas.

O tráfico de escravos centrado na ilha do Príncipe levou a que, outra vez, o rei de Portugal mandasse construir feitorias ao longo da costa do golfo da Guiné — Jaqué, Popó, Calabar, Camarões — e nas ilhas de Fernando Pó e Corisco. Além destas, e para garantir a segurança da ilha do Príncipe, determinou, no ano de 1694, que nela fosse erigida a fortaleza da Ponta da Mina e, também, um edifício para servir de alfândega. Estas medidas, concebidas pelo rei D. Pedro II, possibilitaram a fixação de comerciantes portugueses na ilha, e de tal modo acharam rendível o tráfico de escravos que acabaram fundando a *Companhia da Ilha do Corisco*.

Nos primeiros anos do século XVIII verificou-se uma curiosa inversão estratégica no que toca ao golfo da Guiné. Na verdade, passaram a ser os navios oriundos do Brasil a frequentar as costas

do continente africano, assumindo aquela colónia americana maior importância no golfo do que a ilha do Príncipe. Este facto, contudo, não lhe diminuiu a prosperidade, mas reflectiu-se na ilha de São Tomé, definhando-lhe, quase por completo, a vida económica. Este ciclo só se quebrou no ano de 1721 quando foi consentida a abertura dos portos de São Tomé ao comércio estrangeiro. Tal medida veio trazer alguma animação económica porque assentava na venda de produtos alimentares para abastecimento dos inúmeros navios de variadas nacionalidades que demandavam o golfo da Guiné.

Em São Tomé continuaram as disputas entre os governadores, o Senado da Câmara e as autoridades religiosas. Este clima de discórdia política, por causa dos interesses locais, foi crescendo até que, no ano de 1715, o Senado da Câmara levou o povo da ilha à revolta contra o governador, Bartolomeu da Costa Ponte, o qual, para garantir a sua segurança pessoal, se refugiou na fortaleza e dali fugiu num navio inglês que o levou até Lisboa. Situações de conflito com a autoridade régia mantiveram-se até ao ano de 1770.

No ano de 1753 a povoação de Santo António, na ilha do Príncipe, foi elevada à categoria de cidade e capital do arquipélago, tal a importância do comércio que nela se fazia. Foi nesse mesmo ano que esta ilha deixou de ser pertença da família Alcáçova Carneiro para passar a integrar os bens da coroa portuguesa.

Do ponto de vista da relevância histórica as últimas duas ou três décadas do século XVIII não apresentam factos que mereçam destaque, razão pela qual passaremos às duas centúrias seguintes.

Séculos XIX e XX — do esplendor económico à independência

Sem correr grandes riscos de incorrecção, pode dizer-se que o século XIX, na perspectiva política, começou com o Congresso de Viena durante o qual os Estados procuraram definir a Europa pós-Revolução Francesa e, acima de tudo, pós-Napoleão Bonaparte; é o reencontro e o reajuste das fronteiras alteradas pelo antigo imperador dos Franceses, mas é também a reafirmação das potên-

cias dominantes e das teses que defendem. A Áustria, a Grã-Bretanha, a Prússia e a Rússia saem reforçadas, enquanto pequenos Estados, como Portugal, se vêem empurrados para lugares subalternos no contexto das nações.

Na Acta Final do Congresso houve uma teoria que surgiu na Europa pela primeira vez e que encontrou na Grã-Bretanha a sua maior defensora: a condenação do escravagismo. Portugal e mais alguns outros Estados marítimos estavam na primeira linha de fogo, porque o tráfico de escravos pesava significativamente nas suas balanças comerciais. Os negreiros portugueses *alimentavam* não só o Brasil como também as Antilhas e os Estados Unidos. A insistência britânica foi crescendo ao longo dos anos do século XIX, de tal modo que, em Portugal, começou, realmente, a ganhar importância a nível governamental, depois da completa vitória liberal, em 1834.

A luta dos governos contra os negreiros era difícil, por se tratar de um tipo de comércio altamente rendoso; assim, a legislação antiesclavagista foi sendo adoptada segundo um processo de aproximações sucessivas, para o qual terá, também, contribuído a independência do Brasil e a desvinculação governamental dos interesses económicos daquela grande colónia.

Depois de diversas vicissitudes e desentendimentos com a Grã-Bretanha, o Governo de Portugal foi, no mundo, a seguir à Inglaterra (1833), o primeiro a decretar a abolição da escravatura, no ano de 1836 em todo o território, muito embora, já em 1774 — antes, por conseguinte, do Congresso de Viena —, o tivesse feito em relação ao território europeu. Contudo, a decisão de 1836 encontrou oposições, umas vezes directas, outras, indirectas, nos traficantes que pululavam em África. Foi, de facto, em 1869 que se conseguiu extirpar para sempre a prática de tão abominável comércio em todos os territórios onde os Portugueses estavam presentes e detinham autoridade administrativa. Como se vê, foi uma luta difícil que durou 33 anos.

A abolição do tráfico de escravos também afectava economicamente o Estado português, visto reduzirem-se receitas alfandegárias, e elas provinham, em grande parte, do arquipélago de São Tomé e Príncipe o qual, como já referimos, funcionava como

entreposto comercial de escravos do continente africano. Para se ter uma ideia, basta fazer referência aos números citados por Pinheiro Chagas, historiador e administrador colonial: os rendimentos do arquipélago foram, em 1812, 30 contos de réis; em 1824, baixaram para 16 contos; mas, em 1838, o decréscimo foi para 7 contos; seis anos mais tarde, em 1844, o aumento havia sido quase irrisório, porque passara para 10 contos. Isto quando a produção de açúcar era irrelevante e a do café e do cacau ainda não haviam sido introduzidas nas ilhas.

Para se ter uma ideia mais correcta das transformações pelas quais passou a importância, para Portugal, de São Tomé e Príncipe, basta referir que durante a primeira metade do século XIX as ligações a Lisboa pouco mais eram do que as resultantes da nomeação do governador, ficando este entregue a si próprio e às manobras e interesses dos importantes locais. Era uma situação de grande precariedade, visto que existia nas ilhas um conjunto de personalidades desejosas de não verem afectado o estatuto que usufruíam. Verdade seja que, com a abolição da escravatura, esse estatuto foi sendo cada vez mais reduzido.

Já no final da primeira metade do século XIX começou a verificar-se uma mudança no arquipélago, que acabou por se definir completamente no início dos anos 60. Foi o tempo da introdução do cultivo da quina e, em especial, do café. Esta última cultura surgiu como uma consequência de ter acabado o tráfico de escravos para o Brasil, na medida em os capitais acumulados se orientaram para São Tomé, apostando, agora, na agricultura. O pioneiro neste tipo de investimento foi João Maria de Sousa e Almeida, natural da ilha do Príncipe e antigo negreiro radicado em Angola, onde chegou a ser governador interino de Benguela, mais tarde agraciado com o título de barão de Água-Izé. Foi ele quem, em 1853, se transferiu para São Tomé e ali adquiriu uma roça de grande extensão. Para começar a cultivar a planta do café, aproveitou-se do bom relacionamento da elite crioula da ilha com o Brasil, de onde importou os conhecimentos e as técnicas fundamentais para a produção.

No ano de 1862, a produção de café tinha sido superior em seis vezes à do ano de 1854. Todavia, esta cultura exigia muita mão-

-de-obra que não se encontrava entre os ilhéus, especialmente porque estes consideravam pouco dignificante trabalhar nas roças. Assim, e uma vez que já não podia haver recurso a mão-de-obra escrava, passaram a utilizar-se, na fase inicial, vários subterfúgios. Debrucemo-nos um pouco sobre os pormenores.

No final dos anos 50 do século XIX havia uma carreira regular de navios entre Lisboa e Angola feita pela *Companhia União Mercantil*. Estas embarcações escalavam o porto de São Tomé. Assim, o governador de Angola, Calheiros e Meneses, mandou que os embarque de negros para trabalharem na ilha se fizesse nos navios da Companhia, tendo na sua posse um passaporte, alegando que eram portugueses de cor que se deslocavam a seu pedido. Só entre Fevereiro de 1861 e 16 de Julho de 1862 foram deslocados de Angola para São Tomé 195 escravos transferidos a pedido dos seus proprietários (lembremo-nos que o fim do regime escravagista, pelas razões já explicitadas, foi sendo progressivo entre 1836 e 1869), 244 *libertos* (designação dada aos antigos escravos que tinham conseguido a carta de alforria) e 1105 negros livres. Estes números (1544 indivíduos em dezasseis meses e meio) dão-nos uma imagem difusa de como se sangrou Angola de braços para serem usados em trabalhos e condições muito próximas da escravatura. Chamavam-se-lhes *colonos livres*, eufemismo utilizado para esconder uma realidade escravizante, já que, na prática, era-lhes impossível regressarem à sua terra de origem. Este processo foi condenado e cancelado por ordem do Governo de Lisboa, devido, especialmente, às fortes pressões inglesas.

Por Lei de 29 de Abril de 1875 foi abolido o trabalho servil, permitindo que deixassem de trabalhar nas roças todos aqueles que assim o desejassem. Este diploma provocou profundas alterações sociais em São Tomé. O governador, Gregório José Ribeiro, declarou todos os empregados das fazendas como homens livres; aqueles que quisessem voltar aos antigos empregos podiam fazê-lo, mas quem desejasse ocupar-se noutros trabalhos também o podia fazer sem que houvesse qualquer tipo de represálias. Esta decisão teve a particularidade de não ser acatada pelos empregadores e, como consequência, os trabalhadores iniciaram uma greve. Esta

situação gerou uma crise económica com alto significado nos anos de 1875 e 1876. A resistência dos agricultores era quase impossível de abater; pretendiam manter um sistema próximo da escravatura, de modo a conseguirem elevados lucros. O Governo português manteve, em Lisboa, a firmeza possível, mas localmente os seus representantes aceitavam, por vezes a contragosto, o boicote da legislação aprovada.

A 21 de Novembro de 1878, de novo foi promulgada uma lei sobre o trabalho obrigatório, mas, tanto em Angola como em São Tomé e Príncipe, as autoridades locais souberam distorcer, por vontade própria ou forçadas pelos detentores de grandes interesses económicos, o diploma, de modo a manterem o sistema de trabalho que se vinha praticando. No interior de Angola, continuaram a ser comprados negros, com quem se estabelecia um contrato em tudo fictício, de modo a fazer crer que se tratava de mão-de-obra livre. Em seguida, eram embarcados rumo a São Tomé onde passavam a trabalhar segundo um regime de quase-escravidão.

Na perspectiva económica, o volume de negócios com São Tomé foi sempre crescendo a partir do momento em que se passou a exportar café. Assim, e só a título de exemplo, entre 1880 e 1884 o volume monetário médio das exportações foi de 952 contos, entre 1885 e 1888 foi de 1134,4 contos. No começo dos anos 80, a exportação de cacau, que entretanto, havia algumas décadas, começara a ser explorado na Ilha, suplanta a do café. Em São Tomé, um novo ciclo económico ia começar e com ele novos problemas de carácter social e, até, de âmbito internacional.

A produção de cacau, na ilha de São Tomé, começou, a título experimental, no século XIX. As primeiras sementes foram trazidas do Brasil, mais concretamente do Sul da Baía, no ano de 1822 e começaram por ser usadas como plantas de adorno, no jardim de J. Ferreira Gomes, na ilha do Príncipe. Quem introduziu a cultura do cacau na ilha de São Tomé foi o barão de Água-Izé, que trasladou plantas do Príncipe para aquela ilha, impulsionando o seu cultivo, dadas as características do terreno e do clima. Contudo, foi na ilha do Príncipe, em 1894, que se fundou a chamada *Companhia da Ilha do Príncipe*, como resultado de grandes investimentos

capitalistas ali feitos para a exploração de roças de cacau. Foi naquele território que se iniciou o processo de perda de importância dos ilhéus, através de uma *recolonização* feita pelos europeus à custa da compra das terras que até àquela data tinham estado na posse dos naturais. Não aconteceu o mesmo, logo de seguida, na ilha de São Tomé, onde alguns ilhéus chegaram a ser roceiros, detentores de parcelas de terras com dimensão significativa. Contudo, em face do aumento de produção de cacau e, especialmente, do preço por que era vendido nos mercados europeus, de uma forma lenta, mas segura, no último quartel do século XIX, a apropriação de terras pelos europeus ou seus representantes foi empurrando os naturais para uma situação marcadamente subalterna, facto que não tinha acontecido nos séculos anteriores.

Em 1855, São Tomé já exportava 2,5 toneladas de cacau; quinze anos depois subia a quantidade vendida para 44 toneladas; em 1905 tornou-se o primeiro produtor mundial com 24 259 toneladas, mas em 1919 bateu todos os recordes, exportando 50 000 toneladas. A partir desta data a quantidade vendida começou a baixar, cabendo a primazia ao Brasil e à Costa do Ouro, em África. A explicação para esta redução encontra-se no empobrecimento dos solos por falta de adubação e pelo aparecimento de pragas de vários tipos, além do próprio envelhecimento das plantas. Em 1925 a colheita ainda atingiu as 20 861 toneladas, mas dez anos depois não foi possível ultrapassar as 10 000 toneladas e em 1937 no conjunto das ilhas do arquipélago não se exportaram 9000 toneladas. Entre 1924 e 1937, os grandes compradores do cacau de São Tomé foram Alemanha, Holanda, Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Espanha.

Foi no período que poderíamos designar *do cacau* que a colonização portuguesa sofreu as maiores pressões por causa do método de contratação de mão-de-obra. Só para se ter uma ideia, basta dizer que entre 1885 e 1903 entraram em São Tomé, vindos de Angola, qualquer coisa como 56 189 serviçais. O vínculo laboral era um contrato que, por um lado, estipulava o salário (dividido em duas partes: uma, que deveria ser entregue ao trabalhador com a regularidade estabelecida; outra que só era liqui-

dada no termo do contrato e na altura de regresso à sua terra de origem) e, por outro, determinava o tempo a que estava obrigado a permanecer em São Tomé. Começou, logo de imediato, a verificar-se o incumprimento contratual. Isto levantou, tanto no plano internacional como nacional, a questão de se poder estar perante uma forma mal disfarçada de escravagismo. Foram a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha os países que clamaram por um controlo rigoroso do que se estava a passar nas ilhas. Claro que esta campanha não era tão *humanitária* quanto pretendia mostrar-se. Na realidade, os plantadores de café e cacau das Índias Ocidentais Inglesas viam como muito maus olhos a concorrência que São Tomé lhes estava a fazer e mobilizaram a opinião pública e política do seu país para, de alguma forma, conseguirem reduzir a cota de produção são-tomense. Assim, invocaram os maus tratos que os trabalhadores sofriam nas roças para obrigar a uma fiscalização mais apertada, tirando daí os dividendos previstos.

Nos primeiros anos do século XX a campanha contra as condições de trabalho no arquipélago subiu de tom em Londres, de tal forma que foi nomeado um político e chocolateiro inglês de nome William Cadbury para fazer uma viagem de observação às ilhas, a Lisboa e a Angola. No final produziu um relatório no qual comparava as condições de trabalho nas roças de São Tomé às da mais simples escravatura. O Governo português defendeu-se com um outro relatório, mostrando os exageros do chocolateiro. A verdade é que em Portugal adoptaram-se uma série de medidas, de modo a alterar comportamentos e a gerar melhores condições de vida para os trabalhadores, através de verdadeiros contratos de trabalho regulados por um novo código laboral e salários mais condignos. Ano após ano, diversificou-se o mercado de contratação de mão-de-obra, de tal forma que até de Moçambique foram recrutados trabalhadores para São Tomé.

Em abono da verdade, deve, também, dizer-se que a diversificação no recrutamento de mão-de-obra se ficou a dever às constantes reclamações feitas pelos colonos que começaram a radicalizar-se em Angola — uma consequência do conceito de *ocupação efec-*

tiva definido e imposto no Congresso de Berlim, em 1885 —, que sentiam a falta de braços para trabalharem na agricultura.

Do ponto de vista das alterações sociais em São Tomé, a exploração do cacau e o grande número de serviçais a trabalhar nas roças, provocaram uma redução na actividade comercial, até então na posse dos naturais que, vendo reduzir as possibilidades de execução de pequenas transacções, vão perdendo importância e têm de ceder as suas posições aos europeus, que afluíam em grande número à Ilha, na esperança de um enriquecimento rápido, o qual, nas primeiras décadas do século XX, não passou de uma miragem. Aliás, esta corrida massiva de europeus a São Tomé, curiosamente, fez reduzir o número de mestiços entre os ilhéus, porque estes passaram a ser olhados por aqueles como elementos a colonizar. Outro indicador significativo da mudança comportamental da Administração foi o facto de, logo no início do século XX, os naturais deixarem de ter assento na Câmara de São Tomé e noutras actividades da vida política e administrativa da ilha.

A importância económica do cacau foi sendo cada vez menor quanto mais se avançava na centúria. Quando a ditadura, que a si própria se designou Estado Novo, estendeu o seu poder às terras do ultramar e marcou a condição de colónias a todos os territórios, menos significado tiveram os São-Tomenses no contexto político português. Os habitantes, que cem anos antes ainda ocupavam cargos de certo relevo na Administração Pública local e camarária, que detinham parcelas de terra produtiva e significativas faixas de riqueza, perderam esse estatuto e passaram a ser considerados *indígenas*, na acepção mais desqualificada do termo. Do início da década de 30 ao começo da década de 50, os territórios de além-mar, indistintamente designados por colónias ou províncias ultramarinas durante a 1.^a República e mesmo na Monarquia, passaram ao estatuto oficial de colónias integrantes do *Império Colonial Português*.

O problema da mão-de-obra para trabalhar nas roças continuava a colocar-se, mesmo com uma quota de produção de cacau bastante mais baixa. O Estado Novo, alinhando ao lado dos interesses dos roceiros, impunha o trabalho obrigatório e o recrutamento de trabalhadores entre os ilhéus. A última grande explosão de descontenta-

mento contra o sistema aconteceu em Fevereiro de 1953. Foram milhares de trabalhadores, em várias localidades de São Tomé, que se manifestaram contra o recrutamento e as condições de trabalho. Tanto bastou para que as autoridades coloniais em perfeita consonância com o Governo ditatorial de Lisboa dessem início a uma feroz repressão, que veio a causar cerca de um milhar de mortos. O Governo português mostrou a face mais horrenda do colonialismo mais brutal. Para o povo de São Tomé esta acção iria tornar-se inesquecível durante muitos anos e nela poderemos, talvez, encontrar o fundamento mais próximo para o desejo da independência.

O findar da Segunda Guerra Mundial e as novas teorias que tomaram corpo na Organização das Nações Unidas, prevendo e aconselhando à descolonização, levaram o Governo de Lisboa a rever e a aparentemente alterar comportamentos em relação às colónias. De acordo com a Lei nº 2066 de 27 de Junho de 1953, foi assumido que as gentes e as terras ultramarinas eram tão portuguesas como as da Península Ibérica. No fundo, tratava-se de uma «operação» de disfarce para poder negar ao mundo, e em especial à ONU, a existência de territórios com legítimo direito à autodeterminação e independência. A guerra iniciada em Angola, no ano de 1961, que depois se estendeu à Guiné e a Moçambique, mais não foi do que a expressão dessa política irrealista.

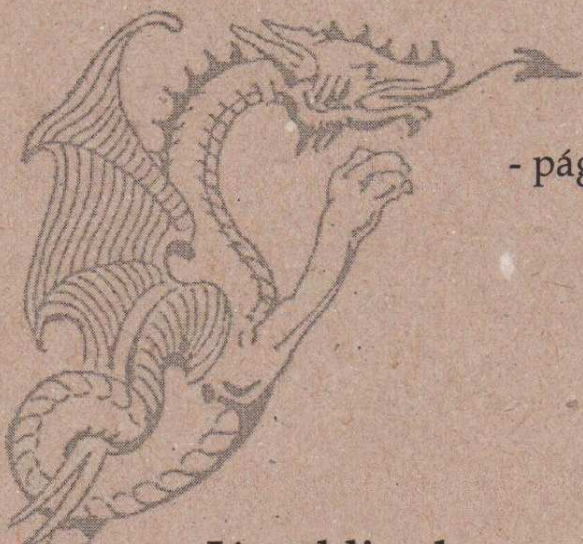
A 25 de Abril de 1974, ocorreu em Lisboa o começo de uma revolução que, para além de pretender derrubar o regime ditatorial sobre o qual assentava o Estado Novo, queria também abrir as portas à democratização em Portugal, caminhar para o fim da guerra em África e avançar para a descolonização.

No ano de 1975, a totalidade dos territórios coloniais africanos até então controlados pelos Portugueses ascenderam à independência, assumindo o direito pleno à sua maioria. O mesmo aconteceu com São Tomé e Príncipe. Para trás ficaram cinco séculos de contactos nem sempre bons, mas, também, nem sempre maus, tal como ocorre em todas as relações políticas e sociais entre povos e culturas diferentes. O passado comum justificará um futuro cooperante e harmoniosamente fraternal.

Portela de Sacavém, Setembro de 2005

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALBUQUERQUE, Luís de — *Dicionário da História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985; *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.
- ALEXANDRE, Valentim — *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), 4.º vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- ALMEIDA, Prof. Lopes de — *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- AZEVEDO, Lúcio de — *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931; *Épocas de Portugal Económico*, 4.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica editora, 1978.
- BOXER, R. C. — *O Império Marítimo Português*, Lisboa, Edições 70, 1969.
- CORTESÃO, Jaime — *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. V, Barcelos, Portucalense Editora, 1933; *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.
- DIAS, Manuel Nunes — *Dicionário da História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 7.ª ed., 1.º vol., Lisboa, Palas Editores, 1977; *História de Portugal*, 7.ª ed., 2.º vol. Lisboa, Palas Editores, 1977.
- NASCIMENTO, Augusto — *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano. 1890-1930*, vol. XI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- NUNES, João Paulo Avelãs — *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- PERES, Damião — *História dos Descobrimentos Portugueses*, 4.ª ed., Porto, Vertente, 1992.



ofiusa, 5

- páginas de história portuguesa -

Já publicados:

1. Gabriela Morais — *O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota (Vestígios de um culto à Grande Deusa)*.
2. Sandra Mesquita — *Breve História dos Hortos de Aromáticas e Medicinais em Portugal*.
3. Gabriela Morais — *A Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*.
4. Luís M. Alves de Fraga — *A Viagem de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva ou a Mundividência de D. João II*.

3,00 euros

ISBN: 989-618-044-X

